

5 Conclusões

Estudos sobre a noção de risco têm sido desenvolvidos focalizando temáticas específicas: o risco de doenças transmissíveis como a AIDS; o risco de ingerir alimentos contaminados com agrotóxicos; o risco de doenças ocupacionais; o risco de vida com esportes radicais, e mais uma lista interminável que poderíamos citar.

Em nosso trabalho delimitamos como campo de estudo a noção de risco associada à moradia, ou seja, o risco decorrente da precariedade das condições habitacionais. Esse recorte nos levou ao estudo da noção de vulnerabilidade, principalmente da vulnerabilidade socioeconômica. A motivação para o estudo da temática moradia e risco–vulnerabilidade socioeconômica surgiu da nossa inserção como assistente social no Departamento de Defesa Civil de Juiz de Fora.

Partindo da observação empírica de que moradores de áreas e/ou edificações de risco em condições de vulnerabilidade socioeconômica percebiam o risco diferentemente dos técnicos e adotavam condutas também diferentes das orientações técnicas dadas pelos engenheiros do DDCJF, adotamos a perspectiva teórica das representações sociais (MOSCOVICI, 1978 e JODELET, 1984, 1989) com o objetivo de identificar as representações e as práticas que esses sujeitos vêm construindo sobre as categorias risco e vulnerabilidade.

A abordagem teórico-metodológica utilizada teve como eixo central a teoria das representações sociais, e apoiamo-nos também em estudos realizados sobre as problemáticas do risco e da vulnerabilidade social, bem como sobre política habitacional e política de Defesa Civil. Essa escolha se mostrou adequada, na medida em que: por um lado possibilitou a identificação dos elementos centrais para analisar as condições de vida da população estudada e, por outro lado forneceu a direção para estudar o processo de construção das representações e práticas de moradores e técnicos, onde a dimensão sócio-cultural é um componente importante na apreensão dos conteúdos representacionais dos dois grupos pesquisados. A teoria permitiu identificar alguns elementos comuns e diferenças quanto ao processo representacional entre os dois grupos estudados que interferem diretamente nesta relação.

Consideramos que os dados obtidos através dos relatórios dos Boletins de Ocorrência do Departamento de Defesa Civil e através de entrevistas semi-estruturadas realizadas junto aos técnicos do DDCJF e moradores da periferia de Juiz de Fora, possibilitaram uma leitura de proximidade ou de distanciamento dos técnicos e população das categorias mencionadas. Embora as condições não tenham sido favoráveis, pois a pesquisa foi realizada no período chuvoso e Juiz de Fora contabilizava naquele momento muitos estragos e mesmo perdas de vidas, os técnicos se prontificaram em responder aos questionários e forneceram material ainda não analisado totalmente. Os moradores se mostraram disponíveis e não registramos nenhuma recusa destes em responderem às perguntas feitas pelo entrevistador; no entanto, percebemos que a entrevista para esse grupo representou algo novo e desconhecido para eles, sendo que alguns demonstraram muita timidez. Um dos moradores considerou a entrevista como uma oportunidade que lhe fora dada de poder falar o que pensava, valorizando a entrevista como canal de interlocução.

O estudo permitiu a leitura da realidade a partir dos relatos dos próprios entrevistados e portanto, uma compreensão melhor dos sujeitos envolvidos nas situações de risco. Dessa forma, esperamos que ele possa contribuir para melhorias na intervenção dos técnicos junto à população atendida pelo Departamento, bem como, ao apontar as lacunas deixadas pelo poder público no atendimento nas áreas de habitação, assistência social e mesmo de Defesa Civil, que venha a colaborar de alguma forma na formulação dessas políticas em Juiz de Fora.

No primeiro capítulo optamos por contextualizar a cidade como cenário de risco e vulnerabilidade. O espaço urbano é dimensionado de forma desigual. As pessoas com melhor poder aquisitivo têm mais facilidade de se mover nesse espaço e, assim, podem acessar também mais facilmente aos serviços oferecidos nas cidades. Ao contrário, a população mais pobre tem mais dificuldade de se locomover no espaço urbano e assim tem mais dificuldade de acesso aos serviços. Refletir sobre esse aspecto se constituiu em um dado importante, pois isto apareceu no relato dos moradores que, por não contarem com transporte para se deslocar à Prefeitura, deixam de acessar aos serviços públicos. É bom lembrar que um morador mencionou a dificuldade de locomoção, mas também manifestou descrédito quanto a obter alguma ajuda por parte da prefeitura.

Essa população ocupa áreas que não interessam ao mercado imobiliário, em grande parte áreas de ocupação distantes da região central. Muitos desses locais são instáveis e vulneráveis à ocorrência de eventos como deslizamentos de encostas. No caso de Juiz de Fora, a política habitacional não contempla esse segmento vulnerabilizado e que vive em áreas de risco; a política assistencial também não consegue atender essa população nas suas necessidades mais elementares, devido aos seus critérios excludentes; a política de Defesa Civil ao se apresentar para o poder público, como órgão destinado a desempenhar ações emergenciais (socorro) nas situações de calamidade pública, não tem por parte do poder público suas outras ações preventivas e recuperativas priorizadas; suas ações se resumem ao atendimento às lacunas deixadas pelas demais políticas sociais.

O levantamento dessas questões possibilitou a identificação desses aspectos no discurso dos técnicos quando indagamos sobre quais os fatores que levam as pessoas a vivenciarem situações de risco. Para os técnicos, as condições de risco-vulnerabilidade, aparecem como resultado: da ausência e da ineficiência do poder público, do não acesso do morador às políticas sociais (como a política habitacional) e da ausência de um planejamento urbano; da desigualdade social que leva à ocupação irregular do solo urbano, da omissão do poder público quanto às ocupações de áreas de proteção ambiental; todos esses fatores podem levar os indivíduos a vivenciarem situações de risco. Do lado da população, as condições de vulnerabilidade parecem se apresentar mais como uma limitação para que a sua situação imediata de risco seja resolvida, do que como fatores condicionantes dessas situações, isso porque eles parecem associar essa solução apenas à existência momentânea de recursos materiais. O risco para os moradores advém de fatores externos como “chuva forte”, uso de fogão de lenha, fenda no chão, lixo jogado pelo vizinho, embora tenha aparecido nos discursos o reconhecimento de que as condições de vida e a precariedade da moradia favorecem o risco. Para os moradores, o direito de serem atendidos pelo poder público não parece se relacionar tanto à concepção de direito social e sim como obrigação do Estado em atender às suas necessidades porque eles não têm como fazê-lo: o “direito” se situa mais na ótica da carência do que de direitos.

No segundo capítulo escolhemos como referencial teórico, dentre as abordagens sobre o risco, a abordagem técnico-quantitativa e as abordagens socioconstrutivistas, descritas por GUIVANT (1998). Observamos que a doutrina

de Defesa Civil com seus critérios probabilísticos e mensuráveis do risco parece se pautar na primeira abordagem. Conhecer essa abordagem nos propiciou uma leitura da prática dos engenheiros, ao nosso ver, dimensionada numa perspectiva técnico-avaliativa. As abordagens teoria cultural do risco e análises sociais do risco possibilitaram a identificação dos conteúdos valorativos que apareceram no relato tanto dos técnicos quanto dos moradores. A defesa do critério do mérito como condição de atendimento pelo poder público foi um dos elementos que se identificou no discurso de alguns técnicos e de moradores. Valores diferentes dos técnicos e dos moradores propiciam a construção de representações sociais e a vivência de práticas também diferentes.

O confronto dos relatos dos técnicos e dos moradores entrevistados e a análise dos Boletins de Ocorrência revelou que as representações sociais vêm sendo construídas por esses dois grupos numa relação dialética de negação e afirmação do risco. A análise do conteúdo representacional dos enunciados de ambos desvelou uma estreita relação, entre as situações de risco e as condições de vulnerabilidade socioeconômica: tanto as situações de risco podem conduzir os indivíduos a viverem em condições vulneráveis, quanto a vulnerabilidade socioeconômica pode levá-los a vivenciarem situações de risco, numa dinâmica de circularidade. Isso veio confirmar nossa observação empírica de que as duas noções estão interrelacionadas identificando-se alguns elementos levantados na discussão teórica sobre risco e vulnerabilidade que são colocados por alguns autores.

Técnicos e moradores têm uma relação conflituosa (como aponta GUIVANT, 1998): a população não aceita tão facilmente o conhecimento científico veiculado pelos técnicos, preferindo contar com o seu saber do cotidiano (BERGER & LUCKMANN, 2000), com “orientadores” que estão mais próximos sócio-culturalmente e têm o conhecimento prático reconhecido no seu grupo de convívio. Por outro lado, os técnicos não parecem reconhecer o conhecimento dos moradores no enfrentamento das situações de risco-condições de vulnerabilidade. O não cumprimento, por parte dos moradores, das orientações técnicas dos engenheiros, não pode ser lida somente com base nessa “dificuldade de comunicação”, pois a condição vulnerável da população dificulta o seu cumprimento. Nos casos estudados, os moradores se manifestaram no sentido de não terem executado as obras indicadas porque não dispunham dos recursos

necessários. Essa condição de vulnerabilidade é ainda acentuada pela fragilidade dos vínculos familiares como indica ESCOREL (1999), pela dependência dos serviços de proteção social como analisa PAUGAM (1999) pela ausência dos direitos de cidadania indicada por KOWARICK (2002), pela não efetividade das políticas sociais públicas - habitação, assistência social e política urbana - na solução das situações de risco e alteração das condições de vulnerabilidade socioeconômica (SILVA E SILVA, 1989; RIBEIRO, 1995), pelo contexto de desigualdade social que se reflete nas condições de ocupação do solo urbano (SANTOS, 1996; MARICATO, 2001). Diante de todos esses fatores, a Defesa Civil se torna um “canal de entrada” para uma multiplicidade de demandas não atendidas e para as quais ela não tem condições de prover respostas efetivas como analisa VARGAS (1999).

No que se refere à circulação das representações sociais entre os dois grupos pesquisados, foi possível identificar a presença de elementos das representações sociais dos técnicos nos discursos dos moradores, e vice-versa; citamos um exemplo de como essa circulação vem acontecendo: por um lado, a população se refere e utiliza a técnica do *rip rap* ou outras formas de contenção de encostas (que tem origem em conhecimentos técnicos) embora não as aplique de acordo com as normas técnicas, efetivando “adaptações”; o engenheiro, por outro lado, fala do *feeling* que também é utilizado pela população para avaliar as situações de risco de suas moradias, embora não utilize um termo tão sofisticado. Essa circulação de referências e práticas, contudo, não significa uma comunicação bem sucedida e nem que os grupos compartilhem as mesmas representações.

Não somente identificamos diferentes representações do risco entre os técnicos e os moradores como, constatamos diferenças entre representações dos próprios técnicos, principalmente as construções elaboradas com base em diferentes valores. Ao se apropriarem do pensamento do outro grupo, técnicos e moradores reconstróem as representações sociais.

Um dos aspectos relacionados à comunicação entre os dois segmentos, diz respeito à linguagem utilizada nas referências que fazem às situações de risco. Os engenheiros utilizam uma linguagem que parece ora revelar ora ocultar o risco e os moradores parecem negar ou minimizar o risco. A ênfase dada às situações de risco pode ser identificada, da parte dos técnicos, quando estes adotam procedimentos como encaminhamentos ao poder público na busca de soluções

para as situações apresentadas; da parte dos moradores, verificamos que estes enfatizam o risco, quando vêm na figura do pesquisador a possibilidade de ser um interlocutor junto ao poder público para o atendimento de suas necessidades.

Para a população, a linguagem técnica é uma linguagem estranha e difícil de ser decodificada. Essa linguagem expressa o conhecimento científico que é restrito a uma parcela da sociedade. Já a linguagem que circula entre os moradores, expressa um conhecimento menos valorizado socialmente que é o conhecimento do senso comum. Isso talvez explique porque os moradores parecem não considerar certas orientações como tendo sido dadas pelos engenheiros, que se referem a aspectos relacionados com o seu cotidiano (como a retirada do lixo do local, conserto de esgoto e construção de valas para escoamento das águas pluviais) possivelmente porque associam a orientação do técnico a algo menos corriqueiro, algo caro e inacessível como o muro de contenção.

Buscando interagir com o “outro”, os técnicos relataram que procuram se colocar no lugar dos moradores, para tentarem ver a situação do ponto de vista destes. Nessa interação, os técnicos se utilizam também de um conhecimento intuitivo, que os auxilia a avaliarem as situações de risco com base não somente nos aspectos técnicos. Acreditamos que ao dizer que se vale do conhecimento intuitivo, o engenheiro está se referindo ao conhecimento do senso comum que circula pela sociedade. Os moradores, por sua vez, tentam se apropriar do conhecimento técnico, a partir das suas próprias experiências e, nesse processo, ao construírem representações do risco, realizam uma seleção, implicando numa filtragem de informações sobre o objeto, dando lugar a distorções, inversões, eliminações e supressão de elementos na sua avaliação do fenômeno. As representações estão condicionadas aos interesses, necessidades e valores do grupo como mostra JODELET (1984). Ao circular fora do meio acadêmico a linguagem científica passa por um processo de vulgarização, no nível do senso comum, como vimos ocorrer com a técnica do *rip rap*.

Ressaltamos um outro aspecto da comunicação entre técnicos e população que nos parece estar relacionado às expectativas que ambos esperam dessa relação.

A comunicação entre os dois sujeitos, tanto se estabelece formalmente como informalmente. No nível formal, há sempre um procedimento do técnico de

registro nos Boletins de Ocorrência, de identificação da ocorrência, das orientações técnicas transmitidas e dos procedimentos a serem adotados. Isso gera um documento público, que o morador tem acesso pagando uma taxa de emissão do documento. No nível informal, há uma linguagem diferente que se estabelece no contato face a face do técnico com o morador, quando na realização de vistorias. Por outro lado, os moradores não mantêm com o técnico uma relação de receptores passivos, também eles formulam suas concepções sobre o problema, as orientações que devem ou não ser seguidas e os procedimentos a serem adotados, que nem sempre coincidem com o que é repassado pelos técnicos.

Os técnicos percebem uma interação maior com os moradores, quando estes apresentam uma expectativa que podem corresponder, se referindo principalmente ao repasse de orientações técnicas. No entanto, embora muitos moradores demonstrem reconhecerem o engenheiro como uma “pessoa especializada no assunto”, a expectativa que os moradores demonstram parece estar mais relacionada ao atendimento de suas necessidades básicas de sobrevivência.

Os moradores demonstraram que questionam essas orientações. Ao que parece, esse comportamento pode ser identificado numa dimensão material e simbólica. Por um lado, temos o discurso da ausência de recursos materiais que impossibilita de resolverem o problema da moradia. Observamos nos relatos que os moradores seguiram as orientações nas situações em que obtiveram apoio material por parte da Defesa Civil. De certo modo, essas situações não exigiam grandes recursos, mão-de-obra especializada e se apresentaram para os moradores como de pouca complexidade. Essas orientações representavam para os moradores um conhecimento próximo do senso comum e, assim, mais fácil de ser seguido. Em algumas situações, contudo, tal foi a identificação da orientação técnica como um conhecimento familiar que os moradores não reconheceram que ela havia sido dada pelo engenheiro, como por exemplo, a orientação dada aos moradores de canalizarem adequadamente as águas pluviais.

Por outro lado, determinadas orientações recebidas pelos moradores, dentre as quais o muro de contenção de concreto se apresentam para estes como soluções de maior complexidade, que exigem recursos que eles não têm, representando um custo alto; contudo não representam um conhecimento inacessível. Traduzido para o senso comum, a orientação é “adequada às situações” pelos próprios moradores que contratam, por exemplo, pedreiros para executá-las. O conhecimento prático

dos pedreiros representa uma “alternativa” ao conhecimento que o engenheiro procurou dar para eles (moradores).

Na análise da construção das representações sociais dos dois grupos pesuados identificamos a influência de conteúdos presentes na prática profissional dos engenheiros e do assistente social. Consideramos que a ênfase técnico-avaliativa na prática profissional do engenheiro, repassada através de sua formação acadêmica e da experiência profissional, contribui para uma “condição de vulnerabilidade” do mesmo, no exercício de suas atividades no DDCJF. O engenheiro exerce uma prática que também pode ser considerada de *risco*. Ao procurar avaliar as situações de risco, a partir de critérios eminentemente técnico-avaliativos, os profissionais esbarram em dificuldades que alguns deles associam à própria formação acadêmica, que não os prepara para o enfrentamento de situações em que eles têm que lidar com o “social”; também não contam com os instrumentos e equipamentos adequados para uma avaliação mais precisa dessas situações.

Do lado dos moradores, identificamos a representação social que qualifica o engenheiro como uma “pessoa especializada”, capaz de dar a orientação técnica adequada. Um dos engenheiros relatou que quando os moradores demandam orientação técnica, o atendimento tem uma “resolutividade maior”, pois o mesmo está demandando uma coisa que valoriza e que o engenheiro está bem preparado para corresponder à essa expectativa.

Já a atividade profissional do Assistente Social parece estar mais relacionada à avaliação das condições de vulnerabilidade socioeconômica. As representações que os engenheiros vêm construindo sobre o Serviço Social dizem respeito, sobretudo, à capacidade que eles acreditam que este profissional tem de avaliar se o morador é de fato, pobre. Também há expectativas de que o assistente social, por estabelecer muitos contatos com atores diferenciados e estar inserido em uma rede de relações mais ampla, possa conseguir recursos materiais junto à comunidade na qual o morador vive, com o poder público ou mesmo com organizações da sociedade civil, de forma a beneficiar o morador. Alguns técnicos vêm no estudo socioeconômico produzido pelo assistente social um instrumento que poderia contribuir para que o morador obtivesse acesso a outros serviços e programas oferecidos pelo poder público.

Para o assistente social, o Serviço Social representa uma “economia” de investimentos na área social para o poder público e a possibilidade, que os engenheiros vislumbram, de dar um destino à angústia que vivenciam no cotidiano profissional, ao não encontrarem soluções para as demandas apresentadas pelos moradores. No que diz respeito à população, o assistente social acredita que o morador, ao apresentar suas demandas de sobrevivência à Defesa Civil, que pode estar ou não relacionada às situações de risco, ele tem a expectativa de que suas demandas sejam atendidas pelo setor público e, assim como vimos, a Defesa Civil se apresenta para ele como um “canal de entrada”. Essa demanda termina por ser encaminhada pelos engenheiros ao Setor Social.

Quanto aos moradores, entretanto, não conseguimos avançar na identificação das representações que estes vêm elaborando com relação ao Serviço Social do DDCJF. Contrariamente à nossa expectativa, os moradores entrevistados parecem ter a Associação Municipal de Apoio Comunitário, órgão municipal responsável pela execução do atendimento assistencial, como aquele a quem primeiro recorrem, e não o Setor Social do DDCJF.

Consideramos que a condição de vulnerabilidade percebida a partir da **necessidade**, parece ser predominante no conteúdo representacional da população, tanto no relato dos próprios moradores, como no dos técnicos. O risco, para os moradores em condição de vulnerabilidade socioeconômica não tem dimensão maior que as demais necessidades de sobrevivência. Já o risco para os técnicos tem uma dimensão maior, que corresponde à preservação da vida, valiosa para eles.

No que diz respeito aos critérios de atendimento do DDCJF constatamos no grupo dos engenheiros representações sociais em que um critério de **mérito** é utilizado para selecionar quem deve ou quem não deve ser atendido. Esse critério de mérito que tem como indicadores (“manter as painéis limpas e areadas”, “demonstrar interesse em ser ajudado”, “possibilidade de entrar com algum recurso”, ou seja, dar uma contrapartida e “o esforço” para resolver o seu problema) é construído a partir de representações que reproduzem secularmente a ideologia “do bom e do mau pobre”. Também aparece um “critério do risco”, ou seja, que tem como referência as situações de desastres de maior amplitude, como as situações de calamidade pública.

Os valores também interferem na comunicação entre os dois grupos. Ao

constatarem que a população em geral não segue as suas orientações, os técnicos expressam suas representações da população, como deseducada, desinformada. Duas colocações podem então ser feitas: ao pensar dessa forma, os engenheiros tendem a se preocupar com o repasse de mais informações técnicas (GUIVANT, 1998) e, num outro sentido, os engenheiros propõem uma ação educativa junto à população para que essa apreenda valores que consideram como adequados (por exemplo, contratar os serviços de engenharia para que possam executar uma obra com segurança em vez de comprar aparelhos eletrodomésticos caros que nem mesmo o técnico tem em sua casa).

No terceiro capítulo procedemos à revisão teórica sobre a categoria vulnerabilidade. A fundamentação teórica privilegiou autores como OLIVEIRA (1995), ESCOREL (1999), PAUGAM (1999) e KOWARICK (2002). A possibilidade de dimensionarmos a condição de extrema vulnerabilidade como resultante de uma “trajetória de vulnerabilidades” (ESCOREL,1999) se tornou um parâmetro importante na análise das entrevistas dos técnicos e da população. Os indivíduos podem vivenciar vulnerabilidades em diferentes aspectos de sua vida: no âmbito familiar, na condição de não terem seus direitos reconhecidos de fato, na dependência que alguns desenvolvem na relação com instituições assistenciais e com o poder público, na sua moradia precária e situada em áreas de risco e no seu trabalho informal que não lhe permite proteção nas contingências. A análise com base nesses parâmetros permitiu observar que a condição de risco-vulnerabilidade da população é agravada pelo poder público, na medida em que este não vem apresentando soluções efetivas à questão urbana, no que diz respeito às situações das moradias precárias ou situadas em área de risco. Os profissionais não são ouvidos para a formulação das políticas, sendo que eles têm potencial para isso; também a população não é ouvida e, mesmo existindo canais legais e informais, a sua participação ainda é muito limitada.

Essa ausência de respaldo político contribui para a construção de representações de negação e minimização do risco pelos técnicos e moradores. Admitir o risco pode significar para o morador que ele está admitindo sua impotência na resolução da situação e, para os técnicos pode representar igualmente a necessidade de uma solução para a qual ele não dispõe de apoio. De algum modo, o morador vai “solucionar” essa questão, negando ou minimizando o risco. Para alguns moradores dessas áreas, embora demonstrem acreditar na

existência do risco físico da moradia, em especial nas ocorrências em que há “ameaça de desabamento de edificação”, a familiaridade com a casa, construída há tantos anos, parece ter um significado maior do que o risco de desabamento. Isso é expresso em frases como: “eu moro aqui há tantos anos e nunca caiu”.

Alguns técnicos expressaram a responsabilidade do poder público no sentido de se pensar soluções em conjunto com as instâncias federal, estadual e municipal, assim como a busca da “intersectorialidade” entre os órgãos públicos. Mas há os profissionais que não concordam que a Prefeitura tenha que “dar casa para todo mundo”, pois entendem que o “problema é grande demais para a prefeitura resolver sozinha”. Há também uma associação entre o risco e a conduta do morador, identificado por alguns engenheiros como responsável pela própria situação, por construir fora dos padrões corretos e sem acompanhamento de engenheiro, em uma crítica à busca de orientação técnica pela população da orientação do pedreiro. Outra representação referente à conduta dos moradores tem a ver com a valorização pelos técnicos de pessoas que “correm atrás”, que não ficam à espera de uma solução por parte do poder público. Ao nosso ver, essas representações batem de frente com a defesa de responsabilização do Estado com o bem-estar dos indivíduos, ou seja, um padrão de vida digno que inclua a habitabilidade com segurança como direito do cidadão e obrigação do Estado viabilizar o atendimento desses direitos.

Vimos através das abordagens técnico-quantitativa e de outras correntes (GUIVANT, 1998), que os governos vêm interferindo na escolha dos riscos pelas pessoas. Talvez isso possa ser melhor observado em contextos onde as pessoas têm uma maior capacidade de escolha. Para pessoas com renda média ou alta é possível se dispor, por exemplo, a pagar mais caro pelo produto que não tenha agrotóxico, para evitar os possíveis riscos de danos à saúde. Mas tal não é o caso da população que pesquisamos, que, segundo ESCOREL (1999), é uma população que tende a descer na escala social até à condição de extrema vulnerabilidade, passando da condição de pobre para a de indigente. Quando indagamos aos moradores se eles vivenciaram “problemas” na moradia anterior, a maior parte respondeu afirmativamente. A escolha de um outro local ocorreu não para evitar riscos, mas na busca de diminuir ou suspender os gastos com a moradia, pois a moradia segura é colocada em um segundo plano; no primeiro sua “escolha” recai na garantia dos mínimos de sobrevivência.

Como limitação não conseguimos avançar na identificação dos processos de ancoragem e objetivação da forma como esperávamos. A identificação desses processos foi evidenciada na análise das entrevistas dos técnicos sobre a dimensão risco-vulnerabilidade e na análise das entrevistas com a população nessa mesma dimensão. Os engenheiros parecem ancorar suas representações em conteúdos valorativos e isto foi percebido quando mencionaram o critério do atendimento através do mérito e, na associação da pobreza como condição natural das pessoas: “pobre é pobre porque é pobre”! A situação de risco é resultante do comportamento dos moradores que empregam o dinheiro na compra de objetos supérfluos, em vez de investirem o recurso na obra que possibilitaria reverter a situação da moradia para uma condição segura. Cumpre esclarecer que esse discurso não revela o pensamento de todos os técnicos. Os moradores parecem ancorar suas representações na religiosidade. Deus aparece como o único que pode proteger os moradores nas situações de risco e ajudar nas situações de vulnerabilidade em que eles necessitam garantir sua sobrevivência. Ao nosso ver, os dois grupos vêm construindo representações sobre risco-vulnerabilidade e essa construção se materializa nas objetivações, presente no conteúdo dessas representações.

Considerando que nem todos os objetivos foram plenamente alcançados, consideramos importante a realização de outros estudos para aprofundar a compreensão dos processos de objetivação e ancoragem na construção das representações dos grupos estudados, testando outros métodos junto à população, dada a dificuldade de verbalização que os moradores demonstraram nas entrevistas.

Julgamos importante, ainda, ampliar o âmbito da pesquisa, direcionando-a para um número maior de assistentes sociais que trabalhem dentro do enfoque de risco e vulnerabilidade, considerando o número expressivo de assistentes sociais no município; isto poderia contribuir para um conhecimento mais amplo dessas representações no âmbito do Serviço Social, uma vez que isso não foi possível em nosso trabalho, pois apenas um profissional dessa área foi entrevistado. Seria importante, também, estendê-la para os agentes que ocupam cargos estratégicos no planejamento e execução das ações voltadas para essas duas temáticas, principalmente na estrutura da prefeitura de Juiz de Fora.